

## Fernando Molica

### Os santos que adoçam ruas e corações

Parem as máquinas! É preciso contar, com urgência e destaque, que, sábado passado, ruas suburbanas ficaram mais doces, voltaram a se encher de crianças em busca de saquinhos recheados de carinhos de São Cosme e São Damião.

Mesmo bombardeada pelo preconceito religioso e pelo perigo que cerca nossos caminhos, a tradição nunca deixou de ocorrer nas ruas mais impregnadas pelo jeito de ser carioca. Mas, em 2025, a festa pareceu maior, generalizada, acolhedora.

Foi impossível não notar os grupos de crianças, sozinhas ou acompanhadas de suas mães, que ocuparam as calçadas, que — Cuidado! — atravessavam as ruas sem olhar muito para a movimentação dos automóveis. Dizem que o sindicato dos anjos da guarda tem que reforçar seus plantões a cada 27 de setembro, a escala normal não dá conta da necessidade.

A mudança no perfil de habitações — prédios cada vez mais ocupam o lugar das

casas — deve ter sido responsável por uma adaptação no processo de entrega dos saquinhos. Muitos preferem fazer a distribuição de dentro de seus carros, que se movem lentamente pelas vias.

Em alguns locais, era possível notar uma aglomeração improvisada de crianças em determinados pontos das ruas; grupos que não esperavam ônibus, mas a chegada de algum veículo de onde brotariam alegrias em forma de cocadas, doces de leite, paçocas, marias-moles, balinhas.

A entrega dos doces recupera uma prática dos santos gêmeos e médicos, que, pelo que se conta, costumavam fazer esse tipo de agrado às crianças que socorriam.

O bom exemplo germinou, foi adaptado ao longo dos séculos e, por aqui, embalado por tradições de origem africana, frutificou de vez. Os santos católicos acabaram identificados com os Ibejis, filhos gêmeos de Xangô e Iansã; presentear crianças com os doces é assim também uma oferenda à vida, à infância,

uma renovação da energia infantil.

Correr atrás de doce é talvez a maior modalidade esportiva carioca, chama acesa anualmente no olimpo de nossas esquinas. Calor que aquece a fé em um país que fique mais adocicado e carinhoso, que trate melhor seus filhos, crianças que, a cada dia de Cosme e Damião, zanzam por aí, olhinhos brilhando, faróis que iluminam caminhos, que possibilitam a descoberta da tia ou tio que entrega aqueles pacotes decorados com as imagens dos santos.

Mãos esticadas na direção dos presentinhos coloridos, olhos que adoçam o coração e o olhar de quem distribui os doces — adultos que assim se reencontram com a própria infância, com as mãos enrugadas de suas avós que preparavam os saquinhos de doces, com seus próprios pés descalços ou protegidos por chinelo de borracha, com as ruas forradas de paralelepípedos; marmanjos que se veem nos rostos felizes, deslumbrados e encantados daquelas meninas e daqueles meninos.

## Tales Faria

### Alcolumbre quer emplacar na Câmara redução de penas do Senado

O deputado Paulinho da Força (Solidariedade-SP), tentará marcar encontro com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), nesta semana.

Paulinho é o relator do Projeto Dosimetria das Penas (antigo Projeto de Anistia) em tramitação na Câmara. Quer acertar um texto com Alcolumbre que seja palatável aos senadores.

O deputado teme que ocorra com seu texto o mesmo que aconteceu com a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da blindagem.

O projeto, que blindava parlamentares e presidentes de partidos contra inquéritos e processos criminais, foi aprovado por ampla maioria na Câmara, mas acabou enterrado no Senado.

De fato, há uma resistência bem maior dos senadores à proposta de anistia defendida pelos bolsonaristas do que havia na Câmara.

Para superar o problema, Alcolumbre chegou a encomendar um texto alternativo ao ex-presidente do Senado Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que além de senador também é jurista.

Por conta disso, foi no Senado que apareceu a primeira proposta de redução de penas,

exatamente a que Alcolumbre e Pacheco vinham preparando.

Os dois chegaram a discutir o assunto com ministros do Supremo Tribunal Federal, evitando pontos que poderiam ser considerados inconstitucionais pela Corte no futuro.

As conversas também serviram para antecipar o que poderia ser aceitável pelos ministros depois do julgamento em que o chamado “núcleo crucial” do golpe foi condenado.

Mas Alcolumbre e Pacheco nunca divulgaram o texto que prepararam. Em linhas gerais, segundo eles comentaram algumas vezes, a ideia do projeto que estruturaram é diminuir as penas para a chamada “raia miúda” do golpe, ou seja, os invasores das sedes dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023. Seriam mantidas penas altas apenas para os chefes e financiadores do golpe.

Chegou-se a falar em penas individualizadas para cada nível de participação na tentativa de golpe: mentores, financiadores, e influenciados pela multidão.

O problema é que os bolsonaristas do Senado já vinham reagindo a essa ideia. Chegaram a levar uma força-tarefa do grupo ao

gabinete de Alcolumbre para dissuadi-lo.

Na época tinham o apoio velado do centrão, mas agora os ventos mudaram. Agora Alcolumbre avalia ter mais força para tentar emplacar a proposta do Senado do que a dos bolsonaristas, até mesmo no texto em tramitação na Câmara.

É isso que ele fará no encontro com o deputado Paulinho da Força: convencer o relator a encampar a proposta do Senado no projeto da Câmara. Não é impossível.

Os partidos do centrão já abandonaram a ideia de anistia para o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e, por isso, indicaram o deputado Paulinho da Força como relator do projeto na Câmara. Justamente para trocar a anistia pela redução de penas.

A primeira providência do deputado foi mudar o título do trabalho. Em vez de Projeto de Anistia, Paulinho batizou de Projeto da Dosimetria.

Agora, após a conversa com Alcolumbre, caberá ao deputado encontrar a fórmula mágica que agregue o que digerível pelos senadores com aquilo que obtenha maioria na Câmara.

## Sérgio Cabral\*

### Juros

A política de juros no Brasil é complexa, como também em qualquer outro país que busca, de forma responsável, controlar a inflação.

A inflação é a maior inimiga de uma economia estável. Corrói o poder aquisitivo dos mais pobres e da classe média. E o principal instrumento que os bancos centrais utilizam para o controle inflacionário são os juros básicos da economia. Os juros que irão remunerar os compradores de títulos da dívida interna. Sobre os juros básicos há ondas de juros e mais juros que vão desde os mais palatáveis oferecidos a setores como o agronegócio, ou os ofertados pelo BNDES para determinados setores. E juros absurdos como os dos cartões de crédito e dessas financeiras que extorquem as pessoas desesperadas por algum tipo de financiamento.

A taxa Selic (Sistema Especial de Liquidação e Custódia), é a taxa básica de juros da economia brasileira e serve como principal instrumento do Banco Central do Brasil para controlar a inflação.

O Brasil tem a triste posição de segunda nação com os juros básicos mais altos do mundo. Atrás apenas da Turquia.

Juros altos impedem o crescimento consistente de uma nação. Não há ser humano, empresa e governos que gerem crescimento e prosperida-

de sem crédito. Crédito é a alma do capitalismo. Mas crédito civilizado. E não crédito que se torna um estorvo para o tomador da dívida.

Há um quente debate permanente sobre o tema: cortar os juros para expandir a economia e correr o risco inflacionário ou mantê-los em níveis altos para evitá-lo? A meta do Banco Central para esse ano é de 3% com tolerância de 1,5%, isto é, até 4,5% ao ano.

Os mais ortodoxos exigem rigor fiscal para combater o déficit fiscal, já os heterodoxos acham isso uma balela que aprisiona o crescimento brasileiro. O presidente Lula e seu ministro da Fazenda, Fernando Haddad, têm comandado a economia do Brasil com sucesso. Sobretudo por terem assumido o governo, em janeiro de 2023, com uma herança de expansão fiscal absurda, consequência da COVID e dos gastos com viés eleitoral de 2021/22 do governo Bolsonaro. Controlaram a inflação e o país teve seu crescimento do PIB, Produto Interno Bruto, de 3,2% em 2023 e 3,4% em 2024, um resultado superior às previsões iniciais feitas pelo mercado financeiro. Entretanto, precisamos crescer mais e distribuir com justiça a prosperidade advinda do crescimento. O Brasil é um país desigual e injusto. Só há o caminho da redução dos juros para que o setor industrial,

de serviços e do agro expandam com força seus segmentos. Como decorrência dos juros baixos seguem a geração de empregos para a população e de receitas para o poder público.

Acredito que o Conselho Monetário Nacional caminha para a redução dos juros. O nível de inadimplência das pessoas físicas e jurídicas se encontra em patamares insustentáveis. Os juros são impagáveis em muitos casos.

Os governos municipais, estaduais e federal têm deveres de casa a ser realizados na contenção e racionalização dos gastos. Os governos precisam investir mais e diminuir seus custeios e suas folhas de pagamento. Tudo com racionalidade, e sempre tendo a justiça social como a principal finalística.

Minha experiência como governador foi nessa direção. Buscamos o equilíbrio fiscal, conquistamos o “grau de investimento” das agências de risco, e, conseqüentemente, fizemos os maiores investimentos da história do estado do Rio desde a fusão.

Peço a Deus que o Conselho Monetário Nacional reduza paulatinamente a taxa Selic. Sem juros baixos não haverá crescimento consistente do Brasil.

\*Jornalista. Instagram: @sergiocabral\_filho

## EDITORIAL

### A saúde não pode ser moeda de troca

Quando se fala em segurança sanitária, saúde pública e integridade do consumidor, não há espaço para negligência ou romantismo. As recentes mortes em São Paulo por intoxicação com metanol despertam não só o alarme dos órgãos competentes, mas devem mobilizar toda a sociedade para o fato de que o risco de consumir algo adulterado está muito próximo e pode ser fatal.

São ao menos nove casos de intoxicação registrados em 25 dias, resultando em duas mortes. Esses números, frios à primeira vista, contêm histórias humanas de dor irreparável, vidas interrompidas por algo que poderia ter sido evitado com fiscalização adequada, responsabilidade comercial genuína e consumidores mais bem informados.

A Senacon, em resposta, emitiu nota técnica com recomendações urgentes para bares, restaurantes, hotéis, mercados e plataformas de entrega. Entre elas estão exigir fornecedores com CNPJ regular e nota fiscal, conferir lacres e rótulos, verificar lote e rastreabilidade. Sinais de alerta também devem ser observados, como preço muito abaixo do mercado, odor estranho e sintomas como visão turva, náuseas, tontura e rebaixamento de consciência. Ao detectar indícios de adulteração, a orientação é interromper imediatamente a venda, notificar autoridades sanitárias e policiais, além de órgãos de defesa do consumidor.

Este não é um episódio isolado, tampouco algo que se resolve apenas com comunicados. Ele escancara fragilidades estruturais: poder público limitado em recursos e alcance, fiscalização sobrecarregada, comércio informal ou clandestino que ignora leis ou as contorna e consumidores muitas vezes sem acesso à

informação clara ou sem percepção dos riscos.

Além disso, há o crime envolvido. Vender produto adulterado é infração penal prevista no Código Penal e em leis de consumo. A responsabilidade não é apenas moral, é legal. Empresas, distribuidores e vendedores têm obrigações, e descumpri-las não pode permanecer impune.

Importa sublinhar que consumidores também têm papel ativo. Não se deve confiar cegamente em apelos de preço baixo, marcas desconhecidas ou embalagens suspeitas. É necessário questionar, exigir nota fiscal, recusar produtos com rótulos malfeitos, lacres violados ou fabricante e importador não identificados. E, ao menor sintoma adverso, procurar atendimento médico e reportar às autoridades.

Quando vidas estão sendo ceifadas por produtos comercializados como se fossem seguros, o debate deixa de ser técnico ou burocrático e se torna uma questão ética fundamental. Colocar o lucro acima da segurança humana é erro imperdoável. E tolerar omissão de empresários, fornecedores ou fiscalização é concordância tácita com o risco.

É urgente que façamos como sociedade aquilo que o sentido moral exige: exigir fiscalização eficaz, responsabilização clara e transparência total. Devemos insistir que nossas leis sejam aplicadas, que punições existam e sejam exercidas e que cada estabelecimento, grande ou pequeno, cumpra sua parte.

Mais do que evitar intoxicações, trata-se de evitar tragédias. Não podemos permitir que a normalização do risco se instale. Segurança de produto, integridade de consumidor e respeito à vida não são meros slogans. São exigências inegociáveis.

### Um plano para salvar vidas no trânsito

Enquanto a América Latina ainda luta para articular políticas concretas de segurança viária, o Brasil se destaca como o único país da região a contar com um plano nacional estruturado para reduzir mortes e lesões no trânsito: o Pnatrans. Criado em 2018 e revisado em 2023, o documento sinaliza um avanço importante na forma como o país encara um problema de saúde pública que, silenciosamente, mata milhares de brasileiros todos os anos.

No entanto, mesmo com sua importância, o Pnatrans ainda é pouco conhecido, tanto por gestores públicos quanto pela população em geral. É justamente esse o maior paradoxo da proposta: temos um plano com potencial de salvar 86 mil vidas até 2030, mas seguimos falhando em torná-lo visível, compreendido e, sobretudo, aplicado.

Como destacou Maria Alice, diretora do Departamento

de Segurança no Trânsito da Senatran, o Pnatrans é uma política de Estado, não de governo. Ou seja, sua eficácia independe de mandatos ou preferências partidárias. É um pacto nacional que deveria estar acima de disputas políticas, e que exige compromisso contínuo de União, estados e municípios. A responsabilidade é compartilhada e não há outro caminho possível quando se trata de um sistema tão complexo e interdependente como o trânsito.

A revisão de 2023 buscou justamente tornar o plano mais acessível e aplicável. Hoje, o documento apresenta 70 ações práticas, alinhadas à Nova Década de Segurança no Trânsito da ONU (2021-2030), com foco em gestão integrada, prevenção de acidentes, educação, fiscalização e melhoria da infraestrutura. O que falta, agora, é vontade política e mobilização técnica para tirá-lo do papel.

#### O CORREIO DA MANHÃ NA HISTÓRIA \* POR BARROS MIRANDA



##### HÁ 95 ANOS: EQUADOR PODE TER NOVAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

As principais notícias do Correio da Manhã em 29 de setembro de 1930 foram: Chanceler francês, Aristides Briand defende, na Liga

das Nações, que a segurança mundial deve vir antes do desarmamento dos países. Plano econômico do governo alemão deve sofrer resistências

no novo parlamento. Equador em crise política com uma possível renúncia do presidente Isidro Ayora. Lloyd Brasileiro vai ser inventariado.

##### HÁ 75 ANOS: ALTA POPULARIDADE DO BRIGADEIRO NO SUL

As principais notícias do Correio da Manhã em 29 de setembro de 1950 foram: Em visita ao Rio Grande do Sul, Eduardo Gomes

pode ver a alta popularidade da sua candidatura. Brigadeiro fará comícios em Presidente Prudente e Juiz de Fora. TSE concede força federal

em Alagoas para as eleições. Polícia sugere a impugnação dos candidatos do PRT. Brasil e França fecham acordo cultural.

#### Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929)  
Paulo Bittencourt (1929-1963)  
Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

**Patrick Bertholdo** (Diretor Geral)  
patrickbertholdo@correiodamanha.net.br

**Cláudio Magnavita** (Diretor de Redação)  
redacao@jornalcorreiodamanha.com.br  
**Redação:** Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima  
**Serviço noticioso:** Folhapress e Agência Brasil  
**Projeto Gráfico e Arte:** José Adilson Nunes (Coordenação) e Thiago Ladeira  
Telefones (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872  
**Whatsapp:** (21) 97948-0452  
Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Mello Neto 850 Bloco 2 Conj. 520  
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057  
Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt.10 - Nucleo Bandeirantes  
Brasília - DF CEP 71736-20

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.